

Bruxelas, 23 de junho de 2025
(OR. en)

10688/25

MOG 59
SY 6
CFSP/PESC 952
COPS 315

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Conclusões do Conselho sobre a Síria

Junto se enviam, à atenção das delegações, as Conclusões do Conselho sobre a Síria aprovadas pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros na sua reunião de 23 de junho de 2025.

Conclusões do Conselho sobre a Síria

1. A queda do regime criminoso de Bashar al-Assad é um momento histórico para o povo sírio, que passou por um enorme sofrimento e demonstrou uma resiliência notável na sua luta pela dignidade, pela liberdade, pela democracia e pela justiça ao longo dos últimos catorze anos. Todos os sírios devem ter a oportunidade de finalmente reunificar, estabilizar e reconstruir o seu país, restabelecer a justiça e assegurar a responsabilização, abrindo uma nova página na história da Síria. Neste período crítico, a União Europeia continua a estar ao lado do povo sírio e está empenhada em apoiar uma transição pacífica e inclusiva, liderada e assumida pela Síria, a fim de ajudar a construir um futuro melhor para todos os sírios.

2. A União Europeia congratula-se com o compromisso assumido pelo presidente interino Ahmed Al-Sharaa e pelo Governo de transição no sentido de construir uma nova Síria baseada na reconciliação nacional, no Estado de direito, na separação de poderes, bem como nos direitos humanos e nas liberdades fundamentais para todos os sírios, sem distinção, salvaguardando plenamente a diversidade do país. Registamos igualmente com agrado as medidas iniciais tomadas nos últimos meses para lançar as bases de uma transição pacífica e inclusiva, nomeadamente a realização de uma primeira Conferência de Diálogo Nacional, a adoção de uma Declaração Constitucional e a nomeação de um governo de transição. A UE apela a que estas primeiras medidas e compromissos, bem como os princípios fundamentais consagrados na Declaração Constitucional, sejam plenamente aplicados e postos em prática, a que o diálogo nacional prossiga, à rápida formação da Assembleia Popular e à elaboração de uma Constituição permanente que respondam às aspirações de todos os sírios, e a que sejam realizadas eleições genuínas no prazo de três a cinco anos, conforme previsto e em conformidade com as normas internacionais, permitindo a plena participação política de todos os sírios. A UE apela igualmente ao governo de transição para que envide esforços no sentido da criação de instituições judiciais fortes e independentes. A UE está pronta a apoiar o governo de transição nestes esforços.

3. Os direitos humanos e as liberdades fundamentais têm de ser respeitados, protegidos e garantidos para todos na Síria, sem qualquer tipo de discriminação. As mulheres têm um papel fundamental a desempenhar na nova Síria, e a UE continua a apelar às autoridades para que assegurem a sua participação plena, equitativa e significativa em todas as esferas da vida política e da sociedade.

4. A UE continua a apelar ao fim imediato da violência em toda a Síria. A UE ficou seriamente preocupada com a violência generalizada que ocorreu na região costeira da Síria e noutras zonas em redor de Damasco na primavera de 2025. A UE condena veementemente os ataques perpetrados por todas as partes, bem como os terríveis crimes cometidos contra civis. A UE apela às autoridades de transição para que mantenham a ordem, assegurem o controlo dos grupos armados, protejam todos os sírios, independentemente da sua origem étnica ou religiosa, e responsabilizem todos os autores de atos de violência, em conformidade com o direito, as normas e os padrões internacionais. A UE congratula-se com a resposta dada pelas autoridades de transição e, em especial, com a criação de uma comissão de inquérito, e apela a que se proceda a uma investigação rápida, transparente, credível e imparcial, bem como a um processo de acompanhamento transparente e centrado nas vítimas. Os mecanismos pertinentes das Nações Unidas devem também ser autorizados a investigar estes crimes. A UE condena qualquer forma de ingerência estrangeira que vise prejudicar a reconciliação nacional.

5. A sociedade civil síria, os meios de comunicação social livres e independentes e a comunidade da diáspora síria têm um papel crucial a desempenhar para assegurar o êxito da transição da Síria rumo à construção de uma sociedade pacífica, justa, inclusiva e pluralista. A UE apela ao governo de transição para que proteja o espaço cívico, garantindo um ambiente seguro e propício à sociedade civil local e internacional e aos meios de comunicação social independentes, livre de ameaças, intimidação e obstáculos administrativos. A UE e os seus Estados-Membros manterão o seu diálogo de longa data com a sociedade civil síria e o seu apoio à mesma.

6. A transição e a reconstrução da Síria exigirão esforços sustentados a longo prazo. A UE está a colaborar nesse sentido com o governo de transição, assim como com os parceiros regionais e internacionais, e apela à comunidade internacional para que intensifique o seu apoio, tanto político como financeiro, com base nos princípios estabelecidos em Aqaba (14 de dezembro de 2024), Riade (12 de janeiro de 2025), Paris (13 de fevereiro de 2025) e Bruxelas (17 de março de 2025), bem como nos compromissos anunciados na 9.^a Conferência de Bruxelas. A comunidade internacional, incluindo o sistema das Nações Unidas e as suas diferentes agências, bem como as iniciativas da UE de coordenação dos doadores, podem contribuir significativamente para apoiar a transição política, a justiça transicional, a reconciliação, a recuperação socioeconómica e a reconstrução da Síria, com base no espírito dos princípios fundamentais da Resolução 2254 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A UE continua a apoiar o trabalho do enviado especial das Nações Unidas para a Síria e da equipa da ONU na Síria a este respeito. A prestação de serviços básicos e as oportunidades de subsistência para a população síria são uma condição prévia para uma Síria estável e pacífica. A UE exorta a comunidade internacional a facilitar a recuperação económica da Síria e a trabalhar no sentido da sua reintegração no sistema financeiro internacional.

7. A UE apela a todos os intervenientes na Síria para que defendam o direito internacional, nomeadamente o direito em matéria de direitos humanos. A UE continua a apoiar firmemente os esforços sírios e internacionais no sentido da responsabilização por todas as atrocidades, cometidas principalmente pelo regime de Assad e por outras partes, como o Daexe e outros grupos terroristas ou armados, durante ou após o regime de Assad. É necessário um processo de justiça transicional abrangente e inclusivo, liderado e assumido pela Síria, para se chegar à reconciliação e a uma paz duradoura. Todos os responsáveis por violações graves do direito internacional humanitário, do direito penal internacional e do direito internacional em matéria de direitos humanos têm de ser responsabilizados e levados a tribunal, incluindo, se necessário, com o apoio de Estados terceiros e organizações intergovernamentais. É igualmente fundamental que o governo de transição trabalhe em conjunto com outras partes interessadas sírias e internacionais para apurar o destino de todas as 150 mil pessoas que se estima terem desaparecido, sem discriminação. A este respeito, a UE congratula-se com a criação da Autoridade Nacional para a Justiça Transicional e da Autoridade Nacional para as Pessoas Desaparecidas como um passo importante para uma justiça e verdade abrangentes, que o povo sírio merece, e está disposta a apoiá-las. A UE reconhece o contributo essencial dos intervenientes da sociedade civil, incluindo as associações de vítimas e de familiares. A UE continuará também a ser uma acérrima defensora do mecanismo internacional, imparcial e independente, da comissão de inquérito e da instituição independente para as pessoas desaparecidas na República Árabe Síria. A UE congratula-se com a cooperação inicial do governo de transição com estes intervenientes, bem como com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH) e outras organizações pertinentes, como o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), e apela a que lhes seja concedido pleno acesso em toda a Síria para cumprirem os seus mandatos. A UE está pronta a apoiar os esforços de mediação e reconciliação a nível local e nacional. A UE incentiva a adesão universal ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e convida a República Árabe Síria a considerar a possibilidade de aceitar a sua jurisdição.

8. O desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de todos os grupos armados em forças de segurança nacional unificadas constitui um pré-requisito para a segurança interna e a estabilidade política no âmbito do Estado de direito. Estes esforços devem assegurar a exclusão de todos os elementos terroristas e extremistas violentos. Este processo de DDR deve fazer parte de um esforço mais vasto e sólido de reforma do setor da segurança (RSS), garantindo a existência de um setor da segurança responsável, transparente, profissional e que funcione em conformidade com o direito internacional. A este respeito, a UE reconhece os esforços iniciais envidados pelas autoridades de transição, e congratula-se com o acordo alcançado em 10 de março de 2025 entre estas e as Forças Democráticas Sírias (FDS), bem como os esforços semelhantes envidados em todo o país. A UE apela agora às partes para que trabalhem no sentido de uma aplicação rápida, abrangente e pacífica do acordo. A UE está pronta a apoiar, juntamente com outros parceiros, o processo de reforma do setor da segurança.

9. A UE louva as declarações do governo de transição em que este se compromete a desenvolver relações pacíficas com todos os países e a respeitar plenamente o direito internacional, incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). A UE está pronta a colaborar com o governo de transição nos fóruns regionais e multilaterais, nomeadamente para promover um multilateralismo efetivo e uma ordem internacional assente em regras articulada em torno das Nações Unidas. A UE apela à Síria, bem como a todos os Estados, para que exprimam a sua posição contra a agressão militar e a anexação territorial, em consonância com os princípios da Carta das Nações Unidas. A UE recorda a importância de que se revestem, na Assembleia Geral das Nações Unidas, os votos a favor da condenação da agressão russa contra a Ucrânia e os esforços tendentes a alcançar uma paz abrangente, justa e duradoura na Ucrânia. Além disso, a UE condena as decisões do regime de Assad que reconheceram entidades resultantes da violação da soberania e da integridade territorial da Ucrânia e da Geórgia, e apela às autoridades de transição para que revoguem essas decisões com base no respeito pela soberania e integridade territorial de todos os Estados. A UE reitera que, em conformidade com o direito internacional e as Resoluções 242 e 497 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UE não reconhece a soberania de Israel sobre o território ocupado dos Montes Golã.

10. A UE insta todos os intervenientes externos, sem exceção, a respeitarem plenamente a unidade, a independência, a soberania e a integridade territorial da Síria. A UE condena todas as ações e presença militares estrangeiras unilaterais, bem como as tentativas de comprometer a estabilidade e as perspetivas de transição pacífica da Síria, nomeadamente através da manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros. A este respeito, a UE continua seriamente preocupada com as ações da Rússia e do Irão, os principais cúmplices da repressão brutal exercida pelo regime de Assad contra o seu povo, com o objetivo de voltar a alimentar a violência e desestabilizar a Síria. Embora as preocupações de Israel em matéria de segurança devam ser atendidas, a UE está profundamente preocupada com os ataques das forças de defesa israelitas em várias regiões, bem como com a continuação da sua presença e das operações militares, nomeadamente no sul da Síria. A UE apela a Israel para que respeite a zona-tampão desmilitarizada e os termos do Acordo de Separação de Forças de 1974. A UE continua preocupada com o envolvimento de grupos armados apoiados pela Turquia no norte do país. As preocupações da Turquia em matéria de segurança devem ser atendidas, sem deixar de assegurar que todos os sírios, incluindo os curdos, possam usufruir da segurança e dos direitos fundamentais.

11. A luta contra o Daexe e outros grupos terroristas, que continuam a constituir uma ameaça para a Síria, a região, a Europa e a paz e segurança internacionais, continua a ser uma prioridade, num contexto político e de segurança em rápida evolução. A UE apela ao governo de transição para que prossiga a luta contra o terrorismo internacional, em particular contra o Daexe e as filiais da Alcaida, nomeadamente colaborando com a coligação internacional contra o Daexe. A UE sublinha igualmente a necessidade de dar uma resposta decisiva à ameaça que representam todos os combatentes terroristas estrangeiros na Síria. A UE tem sido um parceiro empenhado na coligação internacional contra o Daexe e, enquanto colíder do seu *Core Focus Group* (grupo focal principal), desempenhará um papel mais ativo para assegurar a derrota duradoura do terrorismo e prevenir o ressurgimento de grupos terroristas. A necessidade de manter o funcionamento seguro das instalações onde estão detidos membros do Daesh e as suas famílias no nordeste da Síria é uma questão de segurança regional e mundial que exige esforços coletivos. A UE, juntamente com os seus Estados-Membros, está empenhada em aumentar o seu apoio à segurança dos campos e centros de detenção no nordeste da Síria e apela aos parceiros internacionais para que continuem empenhados, aumentem o seu financiamento e trabalhem no sentido de encontrar soluções sustentáveis. A UE incentiva a coligação internacional contra o Daexe, os parceiros internacionais e o governo de transição a trabalharem no sentido da desradicalização, reabilitação e reintegração dos cidadãos sírios atualmente detidos nos campos de al-Hol e al-Roj, bem como a apoiarem a ação penal contra as pessoas suspeitas de cometerem ou facilitarem atos de terrorismo.

12. A UE congratula-se com a cooperação do governo de transição com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e apela ao governo de transição para que assegure a rápida implementação das próximas medidas, por forma a eliminar definitivamente o programa de armas químicas da Síria e a combater os riscos de proliferação. A UE continuará a apoiar ativamente as atividades da OPAQ, nomeadamente através de apoio financeiro, com vista a investigar, securizar e destruir totalmente todas as armas químicas presentes na Síria, incluindo as instalações de produção, e insta outros a fazerem o mesmo. A UE congratula-se com a cooperação do governo de transição com a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) e apela ao governo de transição para que colabore com a AIEA, assegurando a plena aplicação do Acordo de Salvaguardas TNP da Síria, e clarifique as questões pendentes relacionadas com atividades anteriores. A UE incentiva a Síria a celebrar e a pôr em vigor sem demora um protocolo adicional. A UE continuará a apoiar ativamente as atividades da AIEA, bem como a sua imparcialidade e independência.

13. É essencial combater a produção e o tráfico de estupefacientes, como o Captagon, e as redes de criminalidade organizada relacionadas com essas atividades. Congratulamo-nos com as ações do governo de transição, em particular a destruição de várias instalações de produção de droga, e incentivamo-lo a desenvolver uma estratégia sustentável para prevenir a retoma da produção de Captagon, em cooperação com o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade (UNODC) e os parceiros europeus e regionais.

14. A UE está alarmada com a situação humanitária catastrófica na Síria, uma vez que 90 % dos sírios vivem abaixo do limiar de pobreza, 16,5 milhões de sírios dependem da ajuda humanitária e há mais de 7,2 milhões de pessoas deslocadas internamente – das quais mais de 2 milhões se encontram em campos com escasso acesso a serviços básicos, como alimentos e água –, bem como mais de 5 milhões de refugiados, acolhidos principalmente em países vizinhos e na UE. A situação em matéria de segurança alimentar continua a deteriorar-se, o sistema de saúde está em ruínas e o acesso a serviços básicos continua a ser extremamente limitado, nomeadamente devido à persistência de hostilidades, com ataques a infraestruturas críticas. O país está repleto de munições e minas terrestres por explodir, impedindo o regresso seguro da população e a reconstrução e pondo em perigo a vida dos civis, incluindo os grupos vulneráveis, as mulheres e as crianças. A UE recorda a necessidade de respeitar o direito internacional humanitário, de garantir um acesso humanitário sustentado e sem entraves e de assegurar a proteção permanente dos civis, dos trabalhadores humanitários e das infraestruturas civis. A UE continuará a desempenhar um papel de liderança no financiamento humanitário, seguindo uma abordagem baseada nas necessidades, em consonância com os princípios humanitários, em toda a Síria, complementando simultaneamente a sua resposta de emergência com ajuda à recuperação rápida. A ajuda humanitária deve ser complementada por investimentos a longo prazo e a favor do desenvolvimento, bem como pela reconstrução, proporcionando uma recuperação e estabilização mais sustentáveis do país e uma maior resiliência do povo sírio através do reforço da cooperação entre as populações e as autoridades locais. A UE está particularmente preocupada com o estado das infraestruturas críticas em toda a Síria, especificamente no que diz respeito aos setores da saúde, da água e da eletricidade. Desde o início da crise, em 2011, a UE tem respondido às necessidades vitais mais urgentes e às preocupações dos mais vulneráveis quanto à sua proteção. Quando a Síria foi afetada pelo terramoto de 2023, a UE ativou o Mecanismo de Proteção Civil (MPCU) e a Capacidade de Resposta Humanitária Europeia, a par da ajuda humanitária.

15. A UE, juntamente com os seus Estados-Membros, tem liderado constantemente a prestação de assistência aos sírios e mantém-se firme no seu compromisso de apoiar o povo sírio. Nos últimos catorze anos, a UE e os seus Estados-Membros mobilizaram quase 37 mil milhões de euros em ajuda humanitária, ajuda ao desenvolvimento e assistência económica e à estabilização, apoiando os sírios tanto no interior do país como em toda a região. A UE continua empenhada em apoiar a Síria na sua trajetória de estabilização e de reconstrução, em torno de prioridades como o reforço das instituições e a reforma do setor público, a recuperação socioeconómica (meios de subsistência e emprego, apoio a setores fundamentais como a agricultura, a prestação de serviços básicos como a água, o saneamento, a saúde e a eletricidade), a coesão social, os direitos humanos, a justiça transicional e a proteção do rico património cultural do país. A UE salienta a importância de capacitar os jovens, especialmente as mulheres e as raparigas, proporcionando-lhes oportunidades de educação, desenvolvimento de competências e participação ativa na vida pública e nos esforços de recuperação socioeconómica. O apoio da UE à recuperação socioeconómica e à reconstrução será proporcional à evolução da situação no país e às ações do governo de transição. A UE insta a comunidade internacional a intensificar a sua assistência. Tendo por base os resultados da 9.ª Conferência de Bruxelas, de 17 de março de 2025, na qual a UE e a comunidade internacional angariaram um montante total de 5,8 mil milhões de euros em compromissos para os próximos dois anos, incluindo 3,37 mil milhões de euros da UE e dos seus Estados-Membros, a UE tenciona continuar a coordenar-se com os principais contribuintes para a reconstrução da Síria, incluindo as instituições financeiras internacionais e os parceiros regionais, a fim de assegurar a complementaridade dos esforços internacionais. A UE apoia os esforços atualmente envidados pelas instituições financeiras internacionais para avaliar as necessidades da Síria, bem como a sua cooperação renovada com o governo de transição. O Conselho convida o Banco Europeu de Investimento a retomar a sua atividade na Síria, a fim de apoiar estes esforços.

16. Em maio, a UE levantou todas as sanções económicas ainda em vigor contra a Síria, com o objetivo de apoiar a transição política inclusiva da Síria, bem como a sua rápida recuperação económica, reconstrução e estabilização, em consonância com uma abordagem gradual e reversível. A UE mantém as sanções relacionadas com o regime de Assad, em consonância com o seu apelo à responsabilização, bem como as sanções baseadas em motivos de segurança. Paralelamente, a UE introduziu sanções adicionais contra os autores de violações dos direitos humanos e todos aqueles que alimentem a instabilidade na Síria. Neste contexto, a UE recorda a declaração do Conselho sobre o levantamento das sanções económicas da UE a partir de 20 de maio de 2025.

17. A queda do regime de Assad gerou em milhões de refugiados sírios, incluindo os que estão presentes nos Estados-Membros da UE, e nas pessoas deslocadas internamente, uma enorme esperança de regressar a casa. A UE toma nota das declarações do governo de transição que referem como objetivo fundamental o regresso dos refugiados sírios em condições adequadas. A UE toma igualmente nota das declarações do ACNUR, segundo as quais as condições na Síria não permitem atualmente repatriamentos voluntários em grande escala para a Síria, tendo em conta a situação humanitária, económica e de segurança. Entretanto, a UE está empenhada em ajudar a criar condições para regressos seguros, dignos, voluntários e sustentáveis à Síria e está pronta para ajudar aqueles que desejem regressar voluntariamente. É fundamental assegurar a manutenção do espaço de asilo para os refugiados e o respeito do princípio da não repulsão. A UE continua empenhada em reforçar o controlo da proteção, o acompanhamento, o apoio e os serviços às pessoas deslocadas ou aos novos repatriados na Síria, nomeadamente em cooperação com o ACNUR. A UE louva os esforços dos países vizinhos que acolhem refugiados sírios há mais de uma década de conflito e reafirma o seu empenho em manter o seu apoio aos refugiados e às comunidades de acolhimento, a fim de reforçar a sua resiliência. Neste contexto, os Estados-Membros da UE podem também continuar a avaliar a possibilidade de autorizar «visitas de reconhecimento» durante as quais a proteção internacional não é revogada.

18. A UE assegurará uma presença diplomática mais forte e permanente em Damasco o mais rapidamente possível, através da reativação total da delegação da UE.